

Taxa Selic e a análise de desenvolvimento econômico brasileiro

Selic Rate and the analysis of brazilian economic development

*Recebido: 30/09/2025 - Aprovado: 20/11/2025 - Publicado:
01/12/2025 Processo de Avaliação: Double Blind Review*

Michelle Sheila Mayumi Gunji¹
Fernando de Almeida Santos²

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar o papel da taxa Selic como principal instrumento de política monetária brasileira, investigando seus impactos em variáveis macroeconômicas como Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa de Câmbio, Produto Interno Bruto (PIB) e Taxa de Desocupação. A pesquisa, de abordagem quantitativa, utilizou análise de regressão para testar a relação entre a Selic e essas variáveis. Os resultados apontaram que, em conjunto, as variáveis explicam 71,31% da variabilidade da taxa de juros. Contudo, individualmente, apenas o IPCA se mostrou estatisticamente significativo, explicando 48,31% da variação da Selic. Tais achados sugerem um alinhamento do Banco Central com as metas de inflação e o PIB. O trabalho conclui reforçando a necessidade de estudos futuros mais robustos, que incorporem outras variáveis para compreender de forma mais completa a dinâmica da taxa de juros no Brasil.

Palavras-chave: Taxa Selic, Brasil, economia, variáveis macroeconômicas

ABSTRACT

This study aimed to analyze the role of the Selic rate as the main instrument of Brazilian monetary policy, investigating its impacts on macroeconomic variables such as the National Consumer Price Index (IPCA), Exchange Rate, Gross Domestic Product (PIB), and Unemployment Rate. The research, which employed a quantitative approach, used regression analysis to test the relationship between the Selic and these variables. The results indicated that, collectively, the variables explain 71.31% of the variability of the interest rate. However, individually, only the IPCA was statistically significant, explaining 48.31% of the variation in the Selic. These findings suggest an alignment of the Central Bank with inflation and PIB targets. The study concludes by reinforcing the need for more robust future research that incorporates other variables to more fully understand the dynamics of the interest rate in Brazil.

Key-Words: Selic rate, Brasil, economy, macroeconomic variables

1. INTRODUÇÃO

A política monetária, como conjunto de instrumentos e medidas utilizados por um Banco Central para controlar a oferta de moeda e o crédito na economia, exerce um papel fundamental na condução da atividade econômica. No Brasil, a taxa Selic, como principal

¹ Mestranda em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP. Brasil. E-mail: michellegunji@yahoo.com.br

² Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP. Brasil. E-mail: almeidasantos@pucsp.br

instrumento dessa política, desempenha a responsabilidade de controlar a inflação e conduzir o ciclo econômico.

A Selic, principal ferramenta da política monetária do Banco Central do Brasil, é fundamental para a dinâmica econômica nacional. Conforme a literatura econômica, como em Mankiw (2018), a política monetária é crucial para o equilíbrio de preços e o crescimento. No entanto, a eficácia desse instrumento depende de fatores como expectativas do mercado, estrutura produtiva e integração econômica. Nesse contexto, a pesquisa busca responder: De que maneira os desafios e oportunidades pertinentes impacta a Taxa Selic?

Para a pesquisa, foram selecionadas as seguintes variáveis: IPCA: Índice oficial de inflação; sua relação com a Selic é crucial, pois o controle da inflação é o principal objetivo do Banco Central. Taxa de Câmbio: Impacta a inflação e o comércio exterior; a Selic pode influenciar o fluxo de capital estrangeiro, afetando o câmbio. PIB: Principal indicador da atividade econômica; uma Selic alta tende a desestimular o consumo e, consequentemente, o crescimento do PIB. Taxa de Desocupação: Relacionada à atividade econômica; uma Selic elevada pode levar a um menor consumo e ao aumento da taxa de desocupação.

Este estudo contribui para a literatura sobre a relação da Taxa Selic com a política monetária. Com base em dados empíricos, os resultados oferecem subsídios para a tomada de decisão, mitigação de riscos e análise de tendências, sendo relevantes para analistas de mercado, agentes econômicos e pesquisadores de políticas públicas. A metodologia serve ainda como base para futuras pesquisas que buscam aprimorar a capacidade preditiva de modelos econômicos com a inclusão de novas variáveis, ampliando o escopo da análise.

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO: ECONOMIA BRASILEIRA: ANÁLISE E PERSPECTIVAS

2.1.1 A Taxa Selic

A taxa Selic, criada em 1999 pelo Banco Central, é a taxa básica de juros do Brasil, fundamental para conter crises, estabilizar preços e manter o poder de compra da moeda nacional. Conforme Mendonça (2005) e Assaf Neto (2006), ela influencia outras taxas de juros e é definida através da média de operações com títulos públicos federais. O principal objetivo do Comitê de Política Monetária (COPOM) é usar a Selic para cumprir a meta de inflação, (Almeida e Leite, 2009), atualmente estimada em 5,5% para 2025.

Com base em Mankiw (2018), a taxa Selic, ao estabilizar a inflação, constrói a confiança de consumidores e investidores, o que é vital para o planejamento de longo prazo. As variações da Selic influenciam diretamente as taxas de crédito: uma Selic alta encarece empréstimos e financiamentos, reduzindo o consumo e, consequentemente, a inflação. Já uma Selic baixa torna o crédito mais acessível, estimulando o consumo e podendo, por sua vez, aumentar a inflação.

A taxa Selic, conforme o Banco do Brasil (2025b), indica diretamente a rentabilidade de investimentos de renda fixa, como títulos públicos, CDBs e fundos, além de influenciar o custo de empréstimos. Compreender essa dinâmica é fundamental para o planejamento estratégico, possibilitando decisões de investimento mais assertivas, com maior retorno e menor risco, e a contratação de crédito mais consciente, visando o menor custo.

Com a alta da Taxa Selic, investidores preferem a segurança da renda fixa, que oferece retornos atrativos. Inversamente, a queda da taxa torna a renda variável, como ações, mais atraente em busca de maior rentabilidade.

A elevação da taxa Selic encarece o crédito, desestimulando o consumo e a atividade econômica. A queda na demanda reduz a produção e pode levar a demissões. Segundo o Banco Central (2025b), a relação entre inflação e desemprego pode ser analisada pela Curva de Phillips, essa análise, apesar da influência de fatores externos como política fiscal e cenário internacional, é fundamental para a tomada de decisões econômicas.

A Selic interage com a taxa de câmbio e as expectativas de inflação. Conforme Blanchard (2004), a coordenação entre as políticas fiscal e monetária é crucial, pois a dívida pública pode influenciar o câmbio e as metas de inflação. Portanto, compreender a Selic e suas inter-relações permite que o governo ajuste suas políticas para alcançar os objetivos macroeconômicos.

A variação da Taxa Selic é crucial para o planejamento estratégico das empresas, pois ela determina o custo de empréstimos e de capital, conforme Mankiw (2018) e Ross, Westerfield e Jaffe (2019). Monitorar esse indicador permite às empresas ajustarem seus planos de produção, vendas e investimento, preparando-se para os desafios e oportunidades do mercado relacionados ao consumo e à demanda.

De acordo com Brealey, Myers e Allen (2020), as taxas de juros influenciam o valor presente do fluxo de caixa futuro. Analisar a taxa Selic é, portanto, essencial para a alocação de recursos, permitindo aos investidores construírem portfólios mais diversificados e adequados ao seu perfil de risco e objetivos de investimento.

A taxa Selic pode ser um elemento para gestão de riscos. Pessoas que se planejam, pouparam e investem participam do esforço de reduzir a taxa de juros estrutural da economia.

Maior educação financeira permite menor custo do crédito, evita o superendividamento e reduz a inadimplência (Banco Central, 2025b). Todas instituições financeiras, enfrentam riscos que devem gerenciar de forma eficiente e eficaz para sua sobrevivência e sustentabilidade (Mangold, 2016). Ao monitorar os indicadores que influenciam a Selic, os investidores podem identificar potenciais riscos e tomar medidas para mitigá-los.

2.1.2 Indicadores relacionados a Taxa Selic

Os indicadores a seguir foram selecionados por sua esperada influência nas decisões da taxa de juros, servindo como base para compreender o comportamento da Selic e comprovar os impactos por meio dos resultados da pesquisa.

Taxa de inflação (IPCA): Conforme o IBGE (2025a), o IPCA é o principal indicador da inflação no país. Ele mede a variação de preços de produtos e serviços consumidos por famílias com renda de 1 a 40 salários-mínimos, abrangendo o setor varejista;

Taxa de câmbio nominal (USD/BRL): Segundo o Banco Central (2025a), a taxa de câmbio é intermediária na abertura da economia e nos seus efeitos sobre a inflação. Ela representa o valor de uma moeda estrangeira em relação à moeda nacional, indicando quantas unidades monetárias locais são necessárias para comprar uma unidade de moeda estrangeira. Por exemplo, uma taxa de câmbio de R\$ 5,00 para o dólar significa que um dólar custa R\$ 5,00, refletindo a relação de valor entre as duas moedas;

Produto Interno Bruto (PIB): O IBGE (2025b) define o PIB como a soma do valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado território geoeconômico, seja ele um país, estado ou cidade, em um intervalo temporal específico, tipicamente anual;

Taxa de Desocupação: A taxa de desocupação, segundo o IBGE (2025c), é um indicador do mercado de trabalho que mede os efeitos sobre a inflação. Para a pesquisa, o conceito de desocupado refere-se a indivíduos com 14 anos ou mais que, apesar de não estarem empregados, estão ativamente buscando trabalho e têm disponibilidade para trabalhar. É crucial diferenciar "desocupado" de "não ocupado", pois a simples falta de emprego não define a desocupação. Por exemplo, estudantes e pessoas que se dedicam exclusivamente a afazeres domésticos são considerados fora da força de trabalho, enquanto empreendedores são classificados como ocupados.

Diante da complexidade da relação entre a taxa Selic e a economia brasileira, este estudo de análise descritiva, de acordo com Santos (1999) consiste em um levantamento de

características que compõe o fato, problema ou o fenômeno em estudo. A pesquisa analisou e testou as seguintes hipóteses:

H1: Quanto maiores as expectativas de inflação, maior será a necessidade do Banco Central elevar a taxa Selic.

A hipótese surgiu por considerar que a taxa Selic influencia as expectativas de inflação dos agentes econômicos, e essas expectativas, por sua vez, impactam o comportamento de consumo e investimento, criando um ciclo de realimentação.

H2: A Taxa Selic tem uma relação direta com o crescimento do PIB.

Foi criada esta hipótese, pois considerou-se que os aumentos na taxa Selic tendem a reduzir o crescimento acelerado do PIB para monitorar as pressões inflacionárias e em direção oposta, a Taxa Selic em queda pode estimular o crescimento do PIB quando está fraco.

H3: A taxa de câmbio e o desempenho do setor externo influenciam a inflação e a atividade econômica, e a política monetária busca equilibrar esses fatores.

Para finalizar a terceira hipótese foi criada por inicialmente considerar que a apreciação real do câmbio, causada por aumentos na taxa Selic, pode prejudicar a competitividade das exportações e importações afetando o crescimento econômico.

3 METODOLOGIA

Através de uma análise de regressão com dados em série temporal anual para o período do ano de 2015 a 2024, busca-se investigar a relação entre a taxa Selic e um conjunto de variáveis macroeconômicas. A amostra foi composta por dados econômicos anuais, coletados dos sites de cada indicador para o período de estudo. Para a análise empírica, utilizou-se o software Excel para aplicar um modelo de regressão linear simples, no qual Anderson, Sweeney et al. (2019) descreve a relação entre uma variável independente e uma dependente, aproximada por uma reta, e expressa pela equação: y está relacionado a x mais um termo de erro:

$$y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \varepsilon$$

Onde:

y = Variável dependente;

β_0, β_1 = parâmetros de inclinação do modelo;

X = Variável independente

ε : Termo de erro ou variável aleatória, explica a variabilidade em y que não observa a relação linear entre as variáveis x e y .

Para o estudo de regressão múltipla, é avaliada uma relação de maior quantidade de informações (n) e variáveis, segundo Wooldridge (2018) e Gujarati e Porter (2011) representado no modelo:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n + \varepsilon$$

Conforme Anderson et al. (2019), o coeficiente de correlação mede a força da associação linear entre duas variáveis, com valores entre -1 e +1. +1 indica uma relação linear positiva forte, -1 uma relação negativa forte, e valores próximos a zero sugerem ausência de relação linear. Já o coeficiente de determinação (r^2) avalia a qualidade de ajuste da equação de regressão. Para modelos com múltiplas variáveis, Wooldridge (2018) recomenda o r^2 ajustado, que penaliza a inclusão de variáveis desnecessárias. Na prática, um r^2 ajustado acima de 0,07 (ou 7%) é considerado aceitável para estudos com valores estatisticamente significativos.

Em conjunto a essa abordagem, é aplicado o teste de Hausman, no qual Wooldridge (2018) menciona o teste do p-value para questionar qual o menor nível de significância ao qual a hipótese nula seria rejeitada. Anderson et al. (2019) define o p-value como uma probabilidade que fornece uma medida de evidência contra a hipótese nula, ou seja, determina se a hipótese nula deve ser rejeitada. Nessa pesquisa, é observado o resultado de significância estatística do p-value até 0,05 ou 5%. Assimila-se que o p-value maior que 0,05 ou 5%, as variáveis não contribuem de forma estatisticamente significativa, para a explicação da variabilidade da variável dependente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados revelam a relação entre a Taxa Selic (variável dependente) e variáveis macroeconômicas como IPCA, Taxa de Câmbio do Dólar, PIB e Taxa de Desocupação. Através de regressão linear simples e múltipla, o estudo analisa os efeitos e inter-relações dessas variáveis sobre a dinâmica da Selic, buscando quantificar a magnitude de suas influências no período pesquisado.

Conforme os resultados do modelo de regressão múltipla sintetizados na Tabela 1, o coeficiente de determinação ajustado (r^2 ajustado = 0,7131) revela que uma proporção substancial da variância observada na Taxa Selic é explicada pela variação conjunta das variáveis independentes: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a Taxa de Câmbio Nominal do Dólar, o Produto Interno Bruto (PIB) e a Taxa de Desocupação.

Especificamente, 71,31% da flutuação da Taxa Selic pode ser atribuída à influência dessas variáveis macroeconômicas no período de 2015 a 2024.

Tabela 1 – Regressão Múltipla

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,916857634
R-Quadrado	0,840627922
R-quadrado ajustado	0,713130259
Erro padrão	0,683224309
Observações	10

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise de regressão na Tabela 2 mostrou uma correlação negativa entre a Selic e a Taxa de Câmbio do Dólar e a Taxa de Desocupação. Isso sugere que, mantendo as outras variáveis constantes, a desvalorização do dólar e a queda no desemprego estão associadas a um aumento da Selic. No entanto, o IPCA se destacou como o fator mais explicativo, com a maior magnitude e significância na determinação da variação da taxa.

Tabela 2 – Variáveis explicativas

	Coeficientes	Erro Padrão	Stat t	valor-P	95% inferiores	95% superiores	Inferior 95,0%	Superior 95,0%
Interseção	0,444027	0,251936	1,762456	0,138285	-0,203596	1,091650	-0,203596	1,09165
IPCA	1,938230	0,830397	2,334101	0,066869	-0,196373	4,072833	-0,196373	4,07283
USD	-2,787468	1,596703	-1,745765	0,141291	-6,891923	1,316987	-6,891923	1,31697
PIB	0,466254	0,814789	0,572238	0,591928	-1,628228	2,560736	-1,628228	2,56073
Taxa Desocupação	-1,399182	1,136369	-1,231274	0,272972	-4,320312	1,521948	-4,320312	1,52194

Fonte: Dados da pesquisa.

$$Y = 0,444 + 1,938X1 - 2,787X2 + 0,466X3 - 1,399X4$$

Ao adotar um nível de significância de 5% (p-value < 0,05), observou-se que nenhum dos coeficientes do modelo alcançou significância estatística.

Especificamente, para o IPCA (p-value = 0,0668), a insignificância estatística sugere que, neste modelo, a inflação não demonstra uma influência estatisticamente coerente na determinação da variabilidade da Taxa Selic. Este resultado levanta a necessidade de investigações futuras para compreender as razões pelas quais o IPCA não se mostrou um fator explicativo significativo no contexto do modelo atual; ou explorar a incorporação de outras variáveis ou políticas que possam ter um impacto mais evidente no resultado do modelo.

Da mesma forma, o p-value de 0,141 para a Taxa de Câmbio Nominal do Dólar indica que suas flutuações não apresentam uma relação estatisticamente significativa com a variabilidade da Taxa Selic no período analisado. Isso aponta para a complexidade da interação entre a taxa de câmbio e a política monetária, sugerindo que uma análise mais aprofundada pode ser necessária para assimilar essa dinâmica.

Adicionalmente, o Produto Interno Bruto (PIB), com um P-value de 0,592, não demonstrou significância estatística em relação à variabilidade da Taxa Selic, considerando o conjunto das demais variáveis. Por fim, a Taxa de Desocupação, com um P-value de 0,273, também não se mostrou estatisticamente significativa para explicar a variabilidade da Taxa Selic, mesmo considerando as outras variáveis. Consequentemente, não foi encontrado suporte estatístico neste modelo para corroborar a hipótese de que uma menor taxa de desocupação estaria associada a um aumento inflacionário subsequente, que por sua vez levaria a um incremento na Taxa Selic.

Modelos de regressão múltipla adicionais foram testados, nos quais cada variável independente foi sistematicamente removida, buscando identificar uma configuração que resultasse em coeficientes estatisticamente significativos para explicar a variabilidade da Taxa Selic. Contudo, a análise dos resultados revelou que nenhum desses modelos alternativos apresentou coeficientes estatisticamente significativos que pudessem ser considerados para a avaliação da pesquisa.

Posteriormente, foram realizados modelos de regressão simples com o intuito de validar a capacidade explicativa de cada variável independente isoladamente sobre a variabilidade da Taxa Selic. Dentre os resultados obtidos, a variável Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) demonstrou ser a mais pertinente.

Conforme a Tabela 3, o modelo com o IPCA apresentou um P-value de 0,0154 (ou 1,54%), indicando uma relação estatisticamente significativa ao nível de 5% com a Taxa Selic. No entanto, ao examinar o coeficiente de determinação ajustado (r^2 ajustado = 0,4831), verifica-se que apenas 48,31% da variância da Taxa Selic é explicada pela variação do IPCA. Nesse modelo simples, constata que 51,69% da variância da Taxa Selic permanece sem explicar a variação, sugerindo que outros fatores não incluídos no preditor têm influência considerável e que há espaço para aprimoramentos no modelo.

Tabela 3: Variável independente IPCA

	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	95% inferiores	95% superiores	<i>Inferior 95,0%</i>	<i>Superior 95,0%</i>
Interseção	0,157372	0,293825	0,535597	0,606802	-0,520191	0,834935	-0,520191	0,834935
IPCA	1,729803	0,563833	3,067934	0,015396	0,429602	3,030005	0,429602	3,030005

Fonte: Resultado da Pesquisa

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dos testes da investigação empírica, permitiram avaliar cada hipótese proposta. A hipótese 1, o qual descreve o princípio de quanto maiores as expectativas de inflação, maior será a necessidade do Banco Central elevar a Taxa Selic é aceita com ressalvas. A análise de regressão simples mostrou que o IPCA é a única variável com uma relação estatisticamente significativa com a Taxa Selic, confirmando que a inflação tem influência na decisão do Banco Central de ajustar a Selic. A pesquisa encontrou um p-value de 0,0154 para essa relação, que é menor que o nível de significância de 5% (0,05), o que valida a relação. No entanto, observa-se que o modelo de regressão simples que inclui apenas o IPCA, explicou apenas 48,31% da variabilidade da Taxa Selic. Isso sugere que, embora a inflação seja um fator importante, ela não é a única, e mais da metade da variação da Selic é influenciada por outros fatores não analisados neste modelo. As definições da Taxa Selic podem ter ocorrido de maneira desproporcional no momento que houve o aumento ou queda da inflação. Outra probabilidade, é o Banco Central ponderar o IPCA, sendo uma inflação já realizada e não sobre expectativa que trabalha a perspectiva futura.

Com base nos resultados apresentados, é rejeitado a hipótese 2, em que menciona que a Taxa Selic tem uma relação direta com o crescimento do PIB. O motivo é por não ter encontrado no estudo, uma relação estatisticamente significativa entre o PIB e a Taxa Selic. Na análise de regressão múltipla, o p-value para o PIB foi de 0,592, um valor muito acima do nível de significância de 5% (0,05) estabelecido como critério. Isso significa que, com a metodologia e os dados utilizados na pesquisa, não há evidência estatística para afirmar que a variação do PIB tem uma influência direta e mensurável na variação da Taxa Selic. Apesar da literatura econômica como Mankiw (2018), reconhecer uma relação entre crescimento econômico e política monetária, o modelo específico deste artigo não foi capaz de capturar essa relação de forma significativa.

A Hipótese 3, que relaciona a Taxa de Câmbio à política monetária, foi rejeitada. A análise de regressão múltipla não encontrou uma relação estatisticamente significativa entre a Taxa de Câmbio e a Selic, pois o p-value de 0,141 superou o nível de significância de 5% (0,05).

Embora a teoria econômica sugira que um aumento da Selic possa valorizar a moeda e atrair capital estrangeiro, a pesquisa não encontrou evidências nos dados para sustentar a influência direta da taxa de câmbio na política monetária.

A análise utilizou como variáveis independentes o IPCA, a Taxa de Câmbio do Dólar, o PIB e a Taxa de Desocupação. A pesquisa abrangeu o período de 2015 a 2024, um intervalo marcado por significativas flutuações e desafios na economia brasileira, o que destaca a relevância dos resultados obtidos.

Os resultados da regressão múltipla indicaram que a variação do IPCA, da taxa de câmbio, do PIB e da taxa de desocupação explicam 71,31% da variação da taxa Selic no período analisado. No entanto, ao adotar um nível de significância de 5%, nenhuma das variáveis independentes se mostrou estatisticamente significativa para explicar a variação da Selic.

A análise de regressão simples, por sua vez, revelou que o IPCA possui a maior relação estatisticamente significativa com a Taxa Selic, explicando 48,31% de sua variação. Esse resultado sugere que, embora a inflação tenha influência sobre a Selic, outros fatores não considerados no modelo também desempenham um papel importante em sua determinação.

Um estudo de Assumpção (2014) sobre o impacto da taxa básica de juros no consumo das famílias, no regime de metas para inflação, revelou uma relação negativa entre o consumo e a taxa real de juros, indicando que a alta da Selic encarece o crédito e estimula a poupança. A pesquisa também apontou que o aumento da Selic é uma ferramenta para conter a aceleração da inflação. Adicionalmente, o autor identificou uma relação positiva entre a taxa básica de juros e o spread bancário, requerimentos de reserva e inadimplência, demonstrando como a estrutura do sistema financeiro e o risco de crédito influenciam a eficácia da política monetária.

Em relação aos investimentos agregados, um estudo de Araújo (2021) concluiu que a taxa Selic não tem um impacto contundente, seja em cenários de alta ou queda. Essa constatação questiona a sensibilidade do investimento às variações de juros no Brasil, sugerindo que outros fatores podem ser mais influentes na tomada de decisão.

De forma geral, o estudo confirma a relevância da inflação como fator determinante da taxa Selic, mas ressalta que a taxa de juros básica é moldada por um conjunto mais amplo de variáveis. Para futuras pesquisas, sugere-se a inclusão de fatores como expectativas de mercado, risco-país e política fiscal para aprimorar a compreensão dos determinantes da Selic e seus impactos na economia brasileira. Uma análise mais robusta pode contribuir para a formulação de políticas macroeconômicas mais eficazes.

REFERÊNCIAS

- Almeida A. C. S & Leite, K. V. B. (2009). *Aspectos Políticos e Teóricos da Relação entre Taxa de Juros, Inflação e Déficit Público*.
- Anderson, D. R., Sweeney, D. J., Williams, T. A., Camm, J. D., & Cochran, J. J. (2019). *Statistics for business & economic*. 14 ed. Cengage Learning.
- Araújo, I. (2021). *Sistemas de Meta de Inflação no Brasil e a Controvérsia sobre o Investimento Agregado*. Dissertação Pós-Graduação em Economia – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo
- Assaf Neto, A. (2006). *Mercado Financeiro*. 7ed. São Paulo: Atlas
- Assumpção, A. (2014). *O Comportamento Recente da Taxa Selic e Sua Influência Sobre o Consumo das Famílias*. 57f. Dissertação Pós-Graduação em Economia – Universidade Federal Fluminense, Niterói
- Banco Central Do Brasil. (2025a). *Taxa do Dólar*. <https://www.bcb.gov.br/estabilidedefinanceira/historicocotacoes>.
- Banco Central Do Brasil. (2025b). *Taxa Selic*. <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>.
- Banco Do Brasil. (2025). *Taxa Selic: o que é e como ela afeta a sua vida e seus investimentos*. <https://investalk.bb.com.br/noticias/quero-aprender/taxa-selic-o-que-e-e-como-ela-afeta-a-sua-vida-e-seus-investimentos>
- Blanchard, O. (2004). *Macroeconomia*. 3 ed. São Paulo: Prantice Hall.
- Brealey, R. A., Myers, S. C. & Allen, F. (2020). *Princípios de Finanças Corporativas*. 13 ed. São Paulo: McGraw Hill.
- Mangold, R. (2016). *Do microfinance investment managers add value, and how?* Enterprise Development & Microfinance, v. 27.
- Gujarati, D. N. & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica*. 5 ed. São Paulo: McGrawHill.
- IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. (2025a). *IPCA*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>.
- IBGE - Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. (2025b). *PIB*. <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=1184389724&module=M>.
- IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. (2025c). *Taxa de Desemprego*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421>.
- Mankiw, N. G. (2018). *Princípios de Macroeconomia*. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning.
- Mendonça, H.F. (2005). *Metas para inflação e variáveis macroeconômicas: uma avaliação empírica*. www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A040.pdf

Ross, S. A., Westerfield, R. W., & Jaffe, J. F. (2019). *Administração Financeira*. 12. ed. Porto Alegre: AMGH Editora.

Santos, A. R. (1999) Metodologia científica: *A construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: DP & A.

Wooldridge, J. M. (2018). *Introdução a econometria: uma abordagem moderna*. 6ed. São Paulo: Cengage Learning.